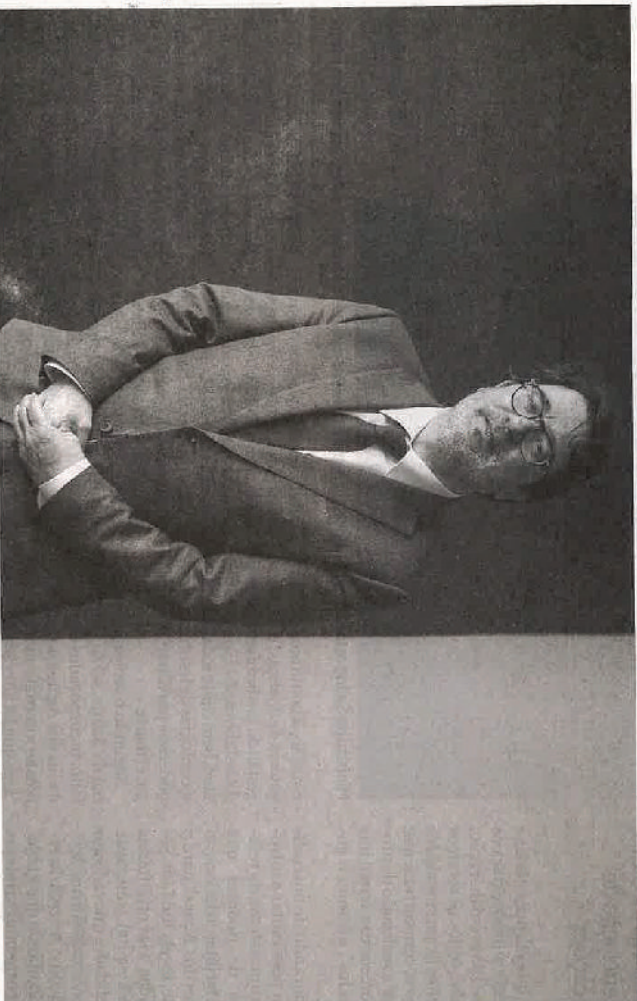


Entrevista

Guilherme Figueiredo, bastonário da Ordem dos Advogados, defende a necessidade de um pacto de justiça regional que tenha em consideração as especificidades dos Açores

“Pacto de justiça regional é essencial pelas características dos Açores”



JUSTIÇA/DPJ/IGIBAL IMAGES

ANA CARVALHO MELO
anamelc@portalinformatica.pt

Qual a sua opinião sobre a visão de António Costa para a Justiça em Portugal?

A primeira nota é que temos hoje uma senhora ministra que é uma pessoa extraordinariamente culta e sabedora dos problemas da justiça e que, portanto, sabe do que fala. Mas temos de analisar a questão da ação política do governo em relação à justiça e acho que ainda não temos uma ideia muito completa do que possa vir a ser feito em certas medidas.

Evoluímos significativamente em relação às questões que têm a ver, por exemplo, com mudanças que são fundamentais como o processo de inventário.

O que tenho dito é que o Ministério da Justiça não tem do ponto de vista do Código a posição que deveria ter. E eu gosto de me centrar aqui, isto é, muitas vezes não são as qualidades objetivas de

quem está à frente que determina uma política de justiça.

Eu continuo a pensar que em Portugal a justiça é tratada como um bem económico e não como um bem fundamental, um bem essencial. É um bem essencial para um Estado de direito democrático. Daí que irei propor uma reflexão sobre a necessidade daquilo que tenho chamado os 3S, ou seja, Serviço Nacional de Saúde, Serviço Nacional de Justiça e Serviço Nacional de Educação. **Há condições para se concretizar um pacto de justiça a sério?**

Em primeiro lugar, o pacto que foi feito, foi o pacto possível dentro dos “timings”. Tem medidas fundamentais, não tem medidas estruturantes. Estarei de acordo, com exceção de uma questão – que a Ordem levantou na altura que foi acompanhada por todos – que tem a ver com a jurisdição autónoma administrativa e fiscal, sobre a qual o entendimento seria eximigável.

Mas estamos porventura a dar passos

Bastonário da Ordem dos Advogados realça questão do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, frisando que se arrasta há muitos anos

A circunstância de ter de se deslocar, coloca do ponto de vista da advocacia problemas que não existem no continente

Pude verificar que há convergência em relação ao Centro Tutelar Educativo, embora tenha percebido que há algum desequilíbrio

porque a reflexão foi importante para se conhecerem as matérias sobre as quais cada uma das entidades não estava de acordo e tinha pensamento próprio. Necessitamos ainda antes de passar a uma segunda fase, que é de reflexão maior para um pacto de justiça regional, de forma a resolver duas questões. Uma é um pacto regional para a justiça, que é essencial tendo em conta as particularidades que a Região obriga a ter. A segunda é que o pacto que foi feito passe a ter uma discussão efetiva e real no âmbito de quem legisla. (...)

Porquê um pacto regional de justiça para os Açores?

A circunstância de ser um arquipélago torna os Açores uma identidade que não é do ponto de vista territorial contínua. Portanto, a circunstância de ter de se deslocar de avião ou de barco, as incertezas, as dificuldades e os custos, colocam até do ponto de vista da advocacia problemas que não existem no continente, mas também do ponto de vista da magistratura e dos utentes, isto, é dos interessados. (...)

Que imagem acha que a justiça tem junto dos portugueses?

A Ordem dos Advogados, juntamente com o Conselho Superior de Magistratura e a senhora Procuradora, tem vindo a tratar de proceder a um inquérito ao cidadão sobre a perceção da justiça. Nós não estamos convencidos que a perceção seja exatamente aquela que às vezes passa.

Aquela pequeno estudo feito pela Fundação Manuel dos Santos mostra que uma percentagem enorme de cidadãos que nunca entrou em contacto com a justiça vê mal a justiça. Mas também que uma quantidade enorme de cidadãos que teve contacto com a justiça tem um olhar positivo, apesar de a achar cara. O que significa que o discurso tem de ser sobre os factos. (...)

Qual a imagem que fica da justiça na Região?

A primeira imagem, que é positiva, é que existe hoje uma enorme convergência em questões fundamentais.

A questão do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, que se arrasta há muitos anos, é uma questão central. O problema do estabelecimento prisional da Horta, que também está em cima da mesa, é outra questão para a qual é fundamental olhar. (...)

Há outros problemas como o do Centro Tutelar Educativo, que é o que tem sido mais tratado pelo senhor presidente regional da Ordem dos Advogados, Elias Pereira. Nesta visita à Região, pude verificar que há uma convergência de outras entidades em relação a essa matéria, embora tenha percebido que do ponto de vista da prioridade há algum desequilíbrio entre as opções. (...) Já há subgrupos, na qual eu acompanho do Dr. Elias Pereira; se não há número de jovens, crie-se um sistema misto, que resolva a parte da detenção e de ser um centro de acolhimento que pode ter um trabalho duplice. ♦